

ESCOLA, AUTARQUIA E COMUNIDADE QUE RELAÇÃO E QUAIS AS REPRESENTAÇÕES DOS ATORES RELATIVAMENTE À REDE ESCOLAR

Jorge Ferreira, Universidade do Minho, Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), mail@jorgeferreira.info

Resumo: Há mais de duas décadas que a nível europeu têm ocorrido importantes reformas territoriais de educação como resposta a problemas demográficos, de conjuntura económica, fatores pedagógicos... Motivada por esses motivos, a reforma portuguesa da rede escolar tem-se materializado pela concentração da população escolar em edifícios novos e requalificados e pela aposta num modelo de administração centrado na autarquia e no agrupamento escolar. Este artigo pretende apresentar as principais conclusões da investigação realizada no âmbito do projeto de doutoramento do autor do presente documento, centrado na problemática da rede escolar, assim como expor as considerações mais relevantes de um colóquio organizado em co-autoria com a Escola Superior de Educação de Viseu sobre esta temática. O encontro e o estudo salientaram a importância do trabalho cooperativo que deve existir entre: a autarquia, o agrupamento escolar e a associação de pais, em matérias como a definição e gestão da rede escolar a nível local. A maior parte dos depoimentos dos protagonistas inquiridos reafirmaram o pleno acordo no que respeita à melhoria das condições de ensino e de aprendizagem resultantes da reforma estrutural. Parceria, responsabilidade e melhor definição de papéis dos agentes educativos foram os desafios e os caminhos apontados pelos oradores do colóquio para a escola pública. O trabalho cooperativo entre a escola, a autarquia e a associação de pais surge como uma aliança necessária e eficaz na prossecução dos objetivos e finalidades da educação.

Introdução

A estrutura do artigo principiará com a descrição da investigação realizada, intitulada de «Reorganização da rede escolar do primeiro ciclo do ensino básico: As representações dos atores sociais envolvido», tendo sido concluída em janeiro de 2011. Esta debruçou-se na reforma de redefinição da rede escolar em Portugal entre 2005 e 2010, a qual teve maior incidência nas regiões rurais, tendo sido co-financiada pela Comissão Europeia. O estudo pretendeu conhecer as representações sociais de autarcas, diretores escolares, alunos, professores e de encarregados de educação relativamente à problemática do encerramento e subsequente mobilização dos alunos para edifícios requalificados e/ou centros escolares.

Num segundo momento serão apresentadas as conclusões mais relevantes do colóquio «Escola, Autarquia e Comunidade», realizado na cidade de Viseu em outubro de 2009. O

encontro teve como principais finalidades o maior conhecimento do trabalho cooperativo existente entre a autarquia, o agrupamento escolar, a associação de pais e outras organizações da comunidade, conhecer as razões que estiveram na origem desta reforma estrutural ao nível do 1.º ciclo do ensino básico e aprofundar o processo de mediação e o papel dos atores educativos no quadro destas mudanças.

Reforma da Reorganização da Rede Escolar do 1.º ciclo do ensino básico

Em Portugal, a partir da década de 60, condicionalismos sociais, políticos e económicos foram decisivos na intensificação de desigualdades, sobretudo demográficas, entre as regiões do interior e do litoral. Com efeito, fenómenos como os fluxos populacionais, a mecanização da agricultura e o desemprego verificado nas regiões do interior foram algumas das causas que contribuíram para a desvalorização destes espaços (Barreto, 2005). A educação em meio rural sentiu essa retração que, ao longo de aproximadamente 40 anos, se traduziu num parque escolar degradado e desatualizado face aos avanços e exigências pedagógicas.

Perante esta situação, na década de 90 verificaram-se algumas tentativas em se reorganizar a rede escolar do primeiro ciclo do ensino básico (1.º CEB). No entanto, segundo Azevedo (2001), essa matéria seria sucessivamente adiada devido fundamentalmente ao elevado custo que uma tal reforma acarretaria e a algum desinteresse da parte do poder político, uma vez que tal medida seria contraditória com os interesses das autarquias e das famílias, em princípio a favor da manutenção do parque escolar.

A transferência de poderes de decisão para os municípios aumentou as responsabilidades destes organismos com a educação e favoreceu maior colaboração inter-institucional entre o poder local e os estabelecimentos de ensino. Apesar dessas mudanças, Fernandes (1999) e Lima (2004) vêm referir que o sistema educativo continua fortemente centralizado.

Na sequência desses acontecimentos, os temas de administração e de reordenamento da rede escolar pública mereceu grande destaque durante a vigência dos XVII e XVIII Governos Constitucionais. Com efeito, durante esse período de governação foi implementada uma profunda reforma territorial da educação, com vista à modernização do parque escolar do 1.º CEB. Na verdade, a Reorganização da Rede Escolar (RRE), mediada pelos municípios, processou-se em duas fases: a primeira caracterizada pelo encerramento de estabelecimentos do 1.º CEB e a segunda de requalificação e construção de novos edifícios. É nesse quadro político que são publicados instrumentos legais, entre 2005 e 2010, os quais determinaram a extinção de um elevado número de escolas daquele nível de ensino. Razões como: aumento do sucesso escolar, melhoria das condições de aprendizagem e quebra do isolamento cultural e geográfico foram as mais referidas pelo governo na justificação da reforma estrutural (Centro Escolar, 2007). Desta feita, tomando como critérios: terem menos de 10 alunos, ou menos de vinte alunos e uma taxa de aproveitamento escolar inferior à da média nacional, a escola estaria suspensa das suas funções.

Segundo dados oficiais do site do Ministério da Educação (ME), em 2005/2006 foram encerrados cerca de 1500 estabelecimentos do 1.º ciclo e em 2010/2011 desativaram-se mais 701 edifícios, na sua maioria no interior norte do país.

Algumas representações sociais dos actores face à reorganização da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico

Segundo Moscovici o conceito de representação social pode ser definido como «um corpus organizado de conhecimentos e uma das actividades psíquicas humanas capaz de tornar inteligível a realidade física e social, motivando à inserção do Homem num grupo ou numa relação quotidiana de reciprocidade” (Moscovici, 1961, pp. 27-28).

Vala (1986) refere-se frequentemente à relação existente entre as produções mentais coletivas e a construção da sociedade. Nesta óptica, o modelo de representação social está

dependente da situação ou fenómeno social e do processo mental individual, estreitamente dependente dos códigos de valores e de condutas dos indivíduos. Por sua vez, as interacções colectivas também são determinantes nas mudanças das representações.

De acordo com Santiago (1997) o conhecimento que os indivíduos têm acerca da escola representa um factor importante para a criação deste conceito. Por conseguinte, a representação social de escola é fortemente influenciada pela quantidade e qualidade das informações recolhidas a partir do meio envolvente.

Alunos, professores, pais e parceiros educativos apresentam representações distintas face ao encerramento de escolas do ensino primário.

Num trabalho realizado por Sarmiento, Sousa e Ferreira (1998), realizado no interior norte do país com características rurais, os autarcas referiram que o encerramento de escolas é sobretudo um processo natural que acontece devido ao decréscimo da população em determinados meios pouco populosos. De fato, esse fenómeno reduz o desenvolvimento e a animação de uma localidade, além de acentuar o êxodo rural. Na opinião destes eleitos, para contradizer esse fenómeno seria desejável manter uma escola primária em cada localidade. Para os professores o fecho da escola é algo que poderá empobrecer a comunidade. Na verdade, referiram que a escola do 1.º ciclo é um recurso cultural e social importante ao serviço das populações. Quanto às representações dos pais, regra geral estes não concordavam com o encerramento escolar, mostrando dúvidas relativamente às condições físicas e humanas dos edifícios que irão receber os seus filhos, podendo ser iguais ou até piores às encerradas. Nas conclusões deste trabalho são referidos problemas e dificuldades na reestruturação da rede escolar. Regra geral os depoimentos são favoráveis à mudança da rede escolar caso ofereça mais conforto e ensino de qualidade.

O estudo desenvolvido por Ferreira (2005), também ele realizado num município do interior norte de Portugal, revelou representações dos atores semelhantes às do estudo

anterior. De modo geral os docentes revelaram argumentos quer favoráveis quer desfavoráveis a respeito da RRE. A favor surgiram opiniões centradas nas mudanças pedagógicas proporcionadas pela concentração de alunos como, por exemplo, a homogeneidade das turmas. A argumentação contra o fecho de escolas focou-se em preocupações profissionais, como por exemplo a redução do número de lugares vagos disponíveis a concurso de colocação de professores. Os pais mostraram-se relutantes no que se refere a estas questões. Assim, maioritariamente apresentaram razões contra o encerramento escolar, assentes no menor acompanhamento escolar que passarão a dar, bem como da diminuição dos contatos familiares com a criança. Os representantes autárquicos, de modo geral, acolheram bem as medidas conducentes à RRE. De fato, justificam-nas na redução dos custos financeiros e na rentabilização dos recursos físicos e humanos dispendidos no ensino. A construção de novos edifícios escolares é encarada como modernizadora, em que se fará o aproveitamento dos antigos edifícios para animação e divulgação cultural da comunidade. As representações do órgão de gestão escolar do agrupamento foram no sentido dos benefícios pedagógicos, manifestando, porém, dúvidas de que a concentração do serviço educativo deteriore as relações entre os professores.

São conhecidos outros estudos, como o de Joaquim Marques (2005) e o de Silva (2007), reveladores das dificuldades que as crianças desses meios sentem devido à escassez de recursos, experiências sociais e culturais, comprometendo dessa forma o seu sucesso escolar e o processo de socialização. Na realidade, muitos desses alunos passam por uma dualidade de conflitos: por um lado, a influência dos professores na continuidade dos estudos, por outro, a pressão dos pais para abandonarem a escola e ajudarem nos trabalhos agrícolas (Marques, 2005). Na investigação levada a cabo por Silva (2007), as famílias das localidades rurais referem frequentemente as dificuldades que sentem no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos, por trabalharem fora do seu local de residência. O modelo familiar, o

isolamento e a desertificação apresentam-se como factores para a baixa auto-estima e baixa desvalorização da escola por parte destes alunos.

Método

O campo de estudo é o meio rural, por ser o mais visado pela reforma de RRE.

A opção metodológica incidiu na metodologia qualitativa de estudo de caso, aplicado a quatro agrupamentos escolares, designados de: Agrupamento A, Agrupamento B, Agrupamento C e Agrupamento D. A seleção destas organizações assentou em dois critérios: a localização ser o meio definido como rural e na particularidade da percentagem de encerramento escolar estar acima dos 64% (entre 2006 e 2009).

No que diz respeito ao âmbito educativo a pesquisa circunscreveu-se ao 1.º CEB, justificado pelo desafio contraditório em que é colocado no momento atual, de busca de um regresso às origens, por um lado, e de reordenamento imprescindível, por outro.

O processo de recolha de dados previu a utilização de várias técnicas dirigidas a vários atores educativos. Em 2009 foram aplicados inquéritos por questionário a 73 professores do 1.º CEB e a 276 encarregados de educação, com o intuito de se conhecerem as representações destes atores relativamente à problemática. No mesmo período realizaram-se entrevistas coletivas a 60 alunos e entrevistas semi-estruturadas aos 4 dirigentes autárquicos e aos 4 membros da gestão dos agrupamentos escolares estudados sobre o mesmo tema.

Análise dos dados

No tratamento das entrevistas foi adotada uma análise de conteúdo do tipo temático. Esta modalidade é especialmente vocacionada para análises de representações sociais mediante a interpretação dos elementos constituintes das suas respostas ou do seu discurso (Quivy e Campenhoudt, 1998). Segundo Yin (2005) esta análise “consiste em examinar,

categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombina as evidências (...) para tratar as proposições iniciais de um estudo” (Yin, 2005, p.137).

No tratamento dos questionários recorreu-se a métodos de estatística descritiva. Esta limita-se ao estudo da amostra e assume o objetivo principal de organizar a informação recolhida extraído-se e sistematizando-se as características mais significativas. Os procedimentos estatísticos consistiram basicamente na elaboração de tabelas de frequências e de gráficos.

Resultados

Resultados das entrevistas aos eleitos locais responsáveis pelo setor da educação

Estes entrevistados (n=4) mencionaram o aspeto comum da iniciativa em reorganizar o parque escolar ter partido do ME, pelo que os municípios que tutelam aceitaram e procederam de imediato à elaboração dos respetivos projetos. Todos os depoimentos (n=4) foram favoráveis à implementação da RRE. O cenário de modernização e de melhoria da qualidade de ensino está bem patente nestes discursos.

São referidos alguns aspetos menos positivos como alguma falta de apoio técnico da parte do Ministério no acompanhamento de todo o processo (definição e construção dos estabelecimentos). Outro aspeto é o fato de passarem a haver cerca de 30% do total de alunos a residir entre 10 a 15 Km relativamente ao local de estudo.

No que se refere às maiores consequências da RRE para os alunos, famílias e professores foi muito referenciada a melhoria do sucesso escolar (n=4) e das condições de ensino e de aprendizagem (n=3) e a redução do isolamento social (n=4). O horário escolar alargado foi outro ponto indicado como favorável da RRE (n=3), visto aumentar a dedicação dos progenitores para a sua actividade profissional.

Resultados das entrevistas a membros responsáveis pela gestão escolar do ensino primário

Aos membros responsáveis pela gestão escolar do ensino primário foi colocada a questão se concordavam ou discordavam da RRE. A resposta a favor foi unânime (n=4). A fundamentação assentou no progresso das condições físicas dos estabelecimentos e por inerência na melhoria da qualidade e do sucesso educativo.

No decorrer da conversação perguntou-se quais as principais consequências da RRE na gestão do agrupamento. Pelos depoimentos registados pôde-se constatar que o cenário global é de melhoria, alcançada pela simplicidade que representa uma gestão com um menor número de escolas. A maior rapidez na circulação da informação entre a direção e as escolas e a maior disponibilidade para os assuntos pedagógicos é a argumentação assinalada para essa tomada de posição.

No que respeita à influência da RRE no sucesso escolar também aqui os respondentes manifestaram-se muito favoráveis (n=4). Na linha do que foi exposto para os eleitos locais, também estes atores consideram que a melhoria dos espaços físicos, a quebra do isolamento social, o trabalho de equipa facultado pela reforma estrutural, são aspetos positivos conseguidos por esta reforma.

Resultados das entrevistas aos alunos

Neste ponto apresentam-se os principais resultados das entrevistas realizadas aos alunos do 3.º e 4.º ano de escolaridade, no total de 15 em cada agrupamento, 60 no total.

Todas as crianças tiveram em comum a experiência de mobilização para escolas de acolhimento requalificadas ou para centros escolares.

No início da entrevista colocou-se a questão sobre quais as principais características da escola ideal. Verificou-se que os depoimentos relacionados com a componente física da

escola prevalecem em relação aos da componente humana e da relacional. Esta argumentação vai de encontro com a documentada em trabalhos sobre os alunos de meios rurais (Boix, 1995, Marques, 2005).

No decurso da conversação foram apresentadas três imagens de escolas, correspondendo a três tipologias comuns do 1.º CEB, todas sem qualquer sinal de deterioração. A cada uma foi-lhes atribuída uma letra, conforme se segue: A- Escola do plano dos centenários com uma única sala de aula; B- Escola do plano dos centenários com quatro salas de aulas e C- Centro Escolar com 12 salas de aulas. Perguntou-se aos alunos qual o tipo de escola que gostariam de frequentar. A maior parte dos alunos preferiu a escola de tipo C (n=34). A razão mais indicada diz respeito aos recursos físicos, mais concretamente com a dimensão do estabelecimento e do espaço envolvente.

Sobre a questão de qual dos três tipos de escolas é mais provável alcançar-se bom aproveitamento escolar a resposta mais frequente centrou-se na escola do tipo C. A justificação voltou a centrar-se nos recursos físicos e nos materiais didáticos, que à partida se encontrarão em maior abundância numa escola nova e de grande dimensão.

No que se refere às provas finais do ensino primário, avaliando-se as competências nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática dos alunos do 4.º ano de escolaridade, constatou-se que os Agrupamentos A, B e D apresentaram classificações acima da média nacional, não se podendo porém concluir a respeito da influência da RRE nestes resultados escolares.

Resultados dos questionários aos professores do ensino primário

Da análise aos questionários dos professores concluiu-se que é unânime a sua concordância para com a reforma da RRE, confirmada por percentagens superiores a 50% do total de respondentes em cada organização escolar. As razões mais assinaladas a favor da RRE dão destaque à quebra do isolamento físico e social da comunidade escolar. No que se

refere à discordância, assumida por uma minoria de professores, o argumento mais pronunciado dizia respeito à relação de proximidade afetiva existente entre os professores e os alunos nas escolas de pequena dimensão.

Mais de metade destes profissionais discordou da eventual existência de uma diferença de aproveitamento escolar entre os alunos de meios rurais e os alunos da sede do concelho (vila ou cidade). Os argumentos mais pronunciados a justificar esta representação recaíram na generalização dos meios de informação e de comunicação, que reduzem diferenças culturais entre meios rurais e urbanos.

Relativamente a eventuais mudanças introduzidas pela RRE no trabalho dos docentes das quatro organizações, os principais argumentos vão no sentido de que essas alterações estruturais não acarretaram inovação da prática pedagógica existente neste ciclo de ensino. As organizações de maior dimensão (A e B) referiram a vantagem de se ter evoluído ao nível da igualdade das condições de trabalho entre as escolas de meios rurais e as de meios urbanos. No que se refere ao nível organizacional das turmas afirmaram que o seu trabalho ficou dificultado após a RRE, uma vez que aumentou o número de alunos e de níveis de escolaridade. Com respeito às condições administrativas e ao número de reuniões, regra geral não se detetaram alterações.

Resultados dos questionários aos pais dos alunos do ensino primário

A análise aos inquéritos dos pais a respeito da concordância ou não para com a RRE permitiu verificar que do universo escolar das quatro organizações estudadas apenas os pais do Agrupamento B não concordaram (52% de respostas) com a implementação da reforma. Além do mais, os educadores dos dois agrupamentos localizados mais no interior do país (Agrupamentos C e D) manifestaram uma opinião favorável mais consistente (acima dos 67%) que a obtida no Agrupamento A (44% de opiniões). As razões concordantes mais

referenciadas, inclusivamente no agrupamento onde se colheu opinião desfavorável dizem respeito a aspetos estruturais dos edifícios, de encontro aos desígnios da reforma. No que concerne às razões discordantes para com a referida reforma constatou-se uma situação bem diferente da anterior. Agora os argumentos pedagógicos e relacionais, como a diminuição do ensino individualizado e o decréscimo do relacionamento entre o professor e os alunos, foram muito citados. A razão mais referenciada remeteu-se para as dificuldades de acesso à escola pelos alunos e pelas suas famílias.

No que se reporta a eventuais mudanças advindas com a RRE verificou-se alguma semelhança nas representações obtidas nos Agrupamentos A e B comparativamente aos Agrupamentos C e D. Na verdade, os pais dos dois primeiros afirmaram que os horários letivos e os transportes escolares se deterioraram com a reforma. Nos dois últimos constata-se a ausência de mudanças significativas na organização familiar.

Considerações sobre o «Colóquio Escola, Autarquia e Comunidade»

Esta iniciativa enquadrou-se nas atividades de doutoramento do investigador Jorge Ferreira, sob a relevante orientação da Doutora Teresa Sarmento, da Universidade do Minho, tendo merecido o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Para o sucesso da ação revestiu-se de grande importância a co-organização com a Escola Superior de Educação (ESE), do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), nas pessoas da Doutora Cristina Azevedo Gomes e da Doutora Esperança do Rosário Ribeiro (ESE-IPV).

Nas palestras estiveram representadas várias organizações das quais se destacaram as seguintes personalidades: Dr. Teles Sampaio em representação da Direção Regional de Educação do Centro, Dr. José Moreira, Vereador cessante do Pelouro da Educação do Município de Viseu, Professor Doutor Jean-Louis Derouet, do Institut National de Recherche Pédagogique, Université de Lion, França, Professora Doutora Teresa Sarmento e Professor

Doutor Fernando Ilídio Ferreira, ambos docentes da Universidade do Minho, Professora Doutora Esperança do Rosário Ribeiro e Professor Doutor António Ferreira Gomes da Escola Superior de Educação de Viseu, Dra. Maria José Viseu, Presidente da Confederação Nacional Independente das Associações de Pais e de Encarregados de Educação e os Senhores Diretores Escolares: Dra. Maria Inês Campos, do Agrupamento de Escolas Grão Vasco, Dr. Fernando Bexiga, do Agrupamento de Escolas de Marzovelos e Dr. Jorge Pereira da Silva do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa.

Neste encontro foram debatidas questões referentes às políticas locais, nacionais e europeias da educação. Na definição destas políticas são cada vez mais importantes as preocupações como a justiça social, a igualdade de oportunidades a par dos motivos económicos.

Foi muito focada a necessidade de definir o papel da escola. À função instrutora, são-lhe cada vez mais acometidas outras de carácter social, bem como a de certificação para as atividades económicas locais. A autonomia escolar é encarada como imprescindível ao desenvolvimento desses papéis.

A intervenção dos municípios na educação é encarada com algum receio, na medida em que é detentora de importantes competências de gestão e estruturação do ensino a nível local, ao mesmo tempo de solução eficaz para os problemas mais imediatos e específicos do meio.

O papel dos pais e das suas associações ainda não é muito bem aceite pelos restantes parceiros, sentindo-se necessidade de formação para conhecimento das suas competências e formas de actuação no meio escolar.

Perante os novos contextos que se desenham com o modelo de concentração escolar, os oradores referiram a necessidade do reforço dos mecanismos de autonomia e de parceria das organizações educativas, assim como a maior precisão na definição dos diferentes papéis cometidos à escola, à autarquia, à associação de pais e aos restantes organismos das esferas

local e global. A parceria praticada pela escola com a autarquia e a associação de pais surge neste contexto como uma estratégia eficaz na concretização dos seus objetivos fundamentais, dos quais se destacam os formativos e os sociais.

Discussão

No que concerne às principais conclusões da investigação e do encontro, regra geral constatou-se que a reforma da RRE causou, e continua a causar, profundas alterações estruturais e pedagógicas nas organizações definidas no campo de estudo.

Em suma, a implementação da RRE manifestou-se fundamentalmente no encerramento e subsequente construção ou reconstrução de estabelecimentos escolares. As alterações mais significativas originadas pela RRE são sobretudo ao nível dos espaços físicos e da mobilização de alunos para escolas de maior dimensão. Para além disso, constatou-se um aumento do número de alunos por turma, tendo passado em média de 12 para 24 crianças.

O modelo escolar de «centro escolar» está gradualmente a substituir o modelo de escola simples, com uma a três salas de aulas. A nova tipologia escolar distingue-se do anterior pela sua maior dimensão e arquitectura, contendo várias salas de aula, uma biblioteca, uma cantina, salas de professores, salas de convívio dos alunos e um pavilhão multiusos.

Neste quadro de reforma os municípios assumem-se como principais parceiros do ME, usufruindo de poder negocial na definição do parque escolar da sua área administrativa.

Do tratamento estatístico dos questionários aplicados aos docentes e aos pais constatou-se que a maior parte das suas opiniões foram favoráveis à RRE. Para além disso, constatou-se que os pais dos alunos são os que têm maiores dúvidas relativamente à temática da rede escolar. O desenraizamento local e familiar das crianças e as condições dos transportes são as principais razões para essa representação.

Os autarcas e diretores escolares são os que mais apoiam as medidas estruturais conducentes à reforma em causa. Para estes, a RRE veio revitalizar o ensino primário, cujas estruturas se encontravam degradadas há várias décadas. Consideram que o modelo escolar concentrado, em centros escolares e escolas de acolhimento maiores, agiliza a gestão administrativa da educação.

Acreditamos que as conclusões mencionadas para estas comunidades educativas possam reproduzir o que acontece em organizações sediadas em meios semelhantes.

Os contextos escolares gerados com a RRE apelam a um trabalho conjunto e de parceria da escola com a autarquia e com instituições económicas e sociais da localidade. Se o antigo modelo escolar no passado era de certo modo virado para dentro, o modelo que se está a desenhar, se não já está implementado, é o de uma escola não isolada, inovadora e em permanente atualização, pelas informações e conhecimentos que troca com o exterior. Este cenário acarreta maiores responsabilidades e maior dinamismo aos seus principais protagonistas.

Referências

- Azevedo, J. (2001). *Avenidas de liberdade. Reflexões sobre política educativa*. Porto: Edições ASA.
- Barreto, A. (2005). Mudança Social em Portugal, 1960 – 2000. In António Costa Pinto (Eds.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 137-162). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Boix, R. (1995). *Estratégias y recursos didácticos en la escuela rural*. Barcelona: Institut de Ciències de l'Educación-Universitat de Barcelona, Graó Editorial.
- Centro Escolar (2007). *Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do Ensino Primário e Pré-escolar*. Recuperado em 2008, Setembro 7, de <http://www.min-edu.pt>
- Fernandes, A., S. (1999). Descentralização educativa e intervenção municipal. *Noesis*, 50, 21-25.
- Ferreira, F., I. (2005). *O local em educação. Animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, L. (2004). O agrupamento de escolas como novo escalão da administração desconcentrada. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(2), 7-47.
- Marques, J. (2005). *A educação em meio rural como paleta de possibilidades para o desenvolvimento local. Contributos da escola do 1.º ciclo do ensino básico e do*

- jardim-de-infância*. Tese de doutoramento inédita, Universidade do Minho, Braga, Departamento de Ciências de Educação da Criança.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santiago, R. (1997). *A escola representada pelos alunos, pelos pais e pelos professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sarmiento, M., Sousa, T., & Ferreira, F. I. (1998). *Tradição e mudança na escola rural. Estudo de caso*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Silva, R. (2007). *Crianças de meio rural. As mãos postas na terra e os olhos no futuro*. Porto: Profedições, Lda.
- Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais: Para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso. Planeamento e métodos*. São Paulo: Bookman.